

dos contratos IN nº 025/98 e 028/98 (e não apenas das medições que antecederam as Portarias ANP 182/98 e 23/99, mas até a última medição realizada), tomando por base os seguintes critérios:

a) preços mensais de todos os materiais betuminosos conforme informação da Petrobrás Distribuidora S.A.;

b) preço do frete conforme valores apontados nos anexos do Relatório de Levantamento de Auditoria (fls. 101/102), atualizado anualmente com índice de preços de pavimentação;

c) BDI de 15% aplicado sobre o fornecimento e o transporte do material betuminoso.

3.1 Em relação à extensão para após as Portarias ANP 182/98 e 23/99 do critério acima, pode ser entendido como condição para a manutenção das condições efetivas da proposta original, com as modificações determinadas pelo Tribunal, tendo em vista o equilíbrio econômico e financeiro do contrato em face às Portarias ANP 182/98 e 23/99.

3.2 Em relação à revisão dos preços de CAP-20, previa originalmente tal contrato a execução de serviços de restauração da rodovia MT 270 numa extensão de 68,0 km, com tratamento superficial duplo - TSD (e, portanto, não previa originalmente a aquisição de CAP-20). Ocorre, entretanto, que na execução da obra, desde o seu início foi efetuada, de fato, substituição do tratamento superficial duplo por areia asfáltica usinada à quente (AAUQ) e por concreto betuminoso usinado à quente (CBUQ), sem aumento de custos para a obra, situação que somente foi corrigida com o termo de re-reatificação nº 025/98/03/01-P. Jur. de 26/03/99, que regularizou a substituição de serviços efetuados.

3.2.1. Em razão dessa substituição de serviços, na 10ª medição provisória de 09/99 foram estornadas medições de RR-2C e de RL-1C relativas aos serviços de TSD e acrescidas medições de CAP-20 relativas aos serviços de AAUQ e CBUQ, de forma às medições refletirem o efetivamente executado.

Tabela 1: Custos de fornecimento e transporte de CAP-20, conforme Petrobrás Distribuidora S.A. e sistema Sico.

Fornecimento (fl. 96)	180,10
Transporte (fl. 102)	207,04
Soma	387,14
BDI(15%)	58,07
Total	445,21
Termo de re-reatificação (fl. 127, vol. 2)	519,96
Diferença	16,8%

3.2.2 Analisando o preço do fornecimento e transporte do CAP-20 conforme o termo re-reatificação, constata-se que o mesmo possui sobrepreço de forma semelhante ao dos demais itens de material betuminoso no contrato nº 008/98/00/00, conforme demonstra a Tabela 1, razão que justifica o procedimento de tratá-lo de forma semelhante ao determinado pelo TCU para os demais materiais betuminosos, como fez o DVOP.

3.2.3. Entendemos como justificáveis os procedimentos adotados na planilha de apuração das diferenças nas medições elaborada pelo DVOP, ressalvamos apenas que a mera apuração das diferenças não configura o cumprimento da Decisão do TCU, mas apenas que estão sendo adotadas providências no sentido de seu cumprimento.

IV.

4 Ante o exposto, propomos à consideração superior que seja dada continuidade ao acompanhamento por esta SECEX/MT do cumprimento pelo DVOP no item 8.3 da Decisão nº 045/2001 - TCU Plenário conforme determinado no item 8.4 da mesma Decisão."

É o relatório.

VOTO

Conforme mencionado no relatório, verifico que a providência, determinada pelo Plenário do TCU, constante do item 8.3 da Decisão nº 45/2001, após os pertinentes estudos, está sendo adequadamente implementada pelo DVOP.

Segundo as informações do responsável, a apuração dos valores pagos a maior às empresas Geosolo e Torc já foram efetuadas, resultando nos elevados montantes de R\$ 200.324,69 e R\$ 276.324,16, respectivamente, a totalizar o valor de R\$ 476.648,85, o que da nova e inequívoca demonstração da eficácia das auditorias desta Corte, com o objetivo de evitar gastos públicos indevidos.

Juntamente com a documentação remetida, o presidente do DVOP, sr. José Carlos Novelli, apresentou dois Termos de Compromisso, acostados às fls. 257/8, por ele assinados, no qual assume "o compromisso de promover junto a Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ, a compensação do valor de (...), do crédito da empresa (...), detentora do Instrumento Contratual (...), crédito este constituído pela Certidão de Crédito (...), datada de 02.07.99, ou proceder a tal compensação através das próximas medições de serviços a serem realizados".

Verifico, desta forma, o louvável empenho da entidade, no sentido de uma vez conhecida a irregularidade, regularizar imediatamente a sua situação, com a promessa de correção de todas as impropriedades verificadas pelo TCU na auditoria.

Embora valere positivamente o rigor e a presteza da atuação do DVOP, entendo que o item 8.3 da Decisão Plenária 45/2001 apenas poderá ser considerado inteiramente cumprido, com a efetiva comprovação do ressarcimento dos valores pagos indevidamente, seja por meio da devolução dos recursos pelas empresas, seja pela compensação com eventuais créditos, relativos à execução das obras abrangidas pela auditoria. Tão logo comprovado o ressarcimento, será dado conhecimento ao Congresso Nacional da integral regularidade da obra, para todas as providências devidas.

Desse modo, nada tenho que objetar aos bons termos da proposta da Secex/MT, no sentido de que continue, a unidade técnica, a acompanhar o cumprimento da referida determinação ao DVOP, bem assim que o Tribunal envie a atualização das informações, sobre as irregularidades verificadas nestes autos, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, com fundamento no art. 92, § 2º, da Lei 9.811/99 (LDO/2000).

No tocante à declaração constante dos Termos de Compromisso, firmados pelo presidente do DVOP, não que tange à alternativa de ressarcimento dos valores, mediante a compensação com créditos das empresas constituídas mediante "Certidões de Crédito", recorro que, na Decisão 45/2001, mencionei que refugia à jurisdição desta Corte a discussão a respeito da legalidade da emissão dessas certidões de crédito e de sua real natureza jurídica.

Nada obstante, este Plenário acolheu a proposição contida em meu voto (item 8.6), no sentido de "dar ciência ao Senado Federal acerca da emissão de certidões de crédito pelo Estado de Mato Grosso, consignando créditos de empresas construtoras, podendo caracterizar a emissão de títulos da dívida pública sem a autorização específica daquela Casa Legislativa, em desconformidade com o art. 52, inciso IX, da Constituição Federal e os arts. 1º, 2º e 21, inciso III, da Resolução SF 78/98".

Ante o exposto, VOTO por que o Tribunal adote a DECISÃO que ora subneta a este Plenário.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 2001.

Walton Alencar Rodrigues
Ministro-Relator

DECISÃO Nº 177/2001 - TCU - PLENÁRIO

- Processo nº TC-011.185/2000-1
- Classe de Assunto: V - Levantamento de Auditoria
- Responsável: José Carlos Novelli, presidente do Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP) do Estado de Mato Grosso.
- Entidade: Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP) do Estado de Mato Grosso.
- Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
- Representante do Ministério Público: não atuou.
- Unidade Técnica: Secex/MT.
- Decisão: O Tribunal Pleno, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 41, inciso II, da Lei 8.443/92, DECIDE:
- 8.1. considerar parcialmente atendida a determinação ao Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso, contida no item 8.3 da Decisão 45/2001-TCU-Plenário;
- 8.2. fixar novo prazo de 60 (sessenta) dias para que o Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso - DVOP comprove, perante este Tribunal, o ressarcimento ou compensação dos valores pagos a maior às empresas Torc Terraplanagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda. e Geosolo Engenharia e Planejamento Ltda., em conformidade com o item 8.3 da Decisão 45/2001-TCU-Plenário;
- 8.3. determinar à Secex/MT que mantenha o acompanhamento sobre o cumprimento do item anterior; e
- 8.4. a teor do § 2º do art. 92 da Lei 9.811/99 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2000), remeter cópia desta Decisão, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para ciência da adoção pelo Tribunal das medidas saneadoras descritas nos itens precedentes.
9. Ata nº 12/2001 - Plenário
10. Data da Sessão: 04/04/2001 - Ordinária
11. Especificação do quorum:
- 11.1 Ministros presentes: Humberto Guimarães Souto (Presidente), Marcos Vinícios Rodrigues Vilela, Bento José Bugarin, Valmir Campelo, Adylson Motta, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Guilherme Palmeira e os Ministros-Substitutos José Antonio Barreto de Macedo e Benjamin Zymler.

HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO
Presidente

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Ministro-Relator

GRUPO II - CLASSE V - Lei nº 9.811/99 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2000)
Natureza: Relatório de Auditoria

Órgão: Ministério das Relações Exteriores - MRE
Responsáveis: Elim Saturnino Ferreira Dutra (Diretor-Geral da ABC/MRE); Mariza Curi Silvino Graça Lima (Coordenadora); José Botafogo Gonçalves (gestor da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração Econômica e Comércio Exterior); José Alfredo Graça Lima (gestor da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração Econômica e Comércio Exterior); Sérgio Luiz P. Bezerra Cavalcanti (diretor do Projeto BRA/94/002); Celso Marcos Vieira de Souza (gestor do Departamento de Promoção Comercial); Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos (gestor do Departamento de Promoção Comercial); Carlos Alberto de Azevedo Pimentel (gestor do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica); João Clemente Baena Soares (gestor da Fundação Alexandre Gusmão); Alvaro da Costa Franco Filho (gestor da Fundação Alexandre Gusmão) e Lauro Barbosa da Silva (gestor do Departamento Cultural)

Ementa: Auditoria destinada à verificação da regularidade das ações desenvolvidas nos projetos de cooperação implementados por órgãos da Administração Federal em parceria com organismos internacionais. Identificação de falhas nos procedimentos relacionados às aquisições de bens e serviços e às

contratações de pessoal. Audiência dos responsáveis. Considerações acerca da aplicabilidade da Lei nº 8.666/93 e da regra constitucional do concurso público no âmbito de acordos e projetos de cooperação inteiramente financiados com recursos nacionais. Acolhimento parcial das razões de justificativas apresentadas. Determinações.

Cuidam os autos de auditoria realizada nos órgãos do Ministério das Relações Exteriores - MRE, tendo por escopo a avaliação dos projetos de cooperação técnica internacional firmados com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Em seu relatório, a equipe da 3ª SECEX registrou os seguintes principais achados, que, em parte, para melhor entendimento, permito-me transcrever:

• Visão Geral dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional

"Os projetos de cooperação do Brasil com o PNUD são viabilizados no contexto do Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas agências especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, assinado em 29/12/64, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 11/66 e promulgado pelo Decreto nº 59.308, em 23/09/1966.

Tal instrumento, pelo que se observa no seu teor, visa permitir a prestação de assistência técnica pelos organismos ao Governo, objetivando promover o progresso econômico e social e o desenvolvimento dos povos.

Segundo o Acordo Básico, essa assistência técnica poderá consistir em (art. I, item 3):

a) proporcionar serviços de peritos para assessorar e prestar assistência ao Governo;

b) organizar e dirigir seminários, programas de treinamento profissional, empreendimentos-piloto, grupos de trabalho de peritos e atividades correlatas;

c) conceder bolsas de estudo e aperfeiçoamento;

d) preparar e executar projetos-piloto, testes, experiências ou pesquisas.

O mencionado Acordo Básico, ao tratar das obrigações administrativas e financeiras dos organismos (art. III), dispõe que estes custearão as despesas necessárias à prestação de assistência técnica pagável fora do Brasil, a saber:

a) salário dos peritos;

b) as despesas com transporte e subsistência dos peritos durante sua viagem de ida até o ponto de ingresso no país, e de volta a partir desse ponto;

c) custo de quaisquer viagens fora do país;

d) seguro dos peritos;

e) a aquisição e o transporte, até o ponto de ingresso no país e a partir do ponto de saída do mesmo, de todo equipamento ou material fornecido pelos organismos;

f) quaisquer outras despesas, aprovadas pelos organismos internacionais, realizadas fora do país.

Quanto às obrigações administrativas e financeiras do Governo, o art. IV do mencionado Acordo estabelece que o Governo contribuirá para as despesas de assistência técnica custeando, ou fornecendo diretamente, as seguintes facilidades e serviços:

a) serviços locais de pessoal técnico e administrativo, inclusive o necessário auxílio local de secretária, de intérpretes-tradutores e serviços correlatos;

b) dependências para escritórios e outros locais necessários;

c) equipamentos e materiais produzidos no país;

d) correio e telecomunicações para fins oficiais;

e) transporte, dentro do país, do pessoal, materiais e equipamentos para fins oficiais;

f) serviços e facilidades médicas para o pessoal da assistência técnica."

Atualmente, a Agência Brasileira de Cooperação - ABC (unidade integrante da estrutura do MRE) coordena 296 (duzentos e noventa e seis) projetos de cooperação técnica, envolvendo diversos órgãos da Administração Pública (federal, estadual e municipal) e organismos internacionais (PNUD, BID, IICA, UNESCO, UNIDO, OIMT e outros).

Desses, apenas 42 (quarenta e dois) são financiados com recursos de empréstimos externos. "Todos os demais são custeados com recursos próprios do Governo Brasileiro."

Na presente auditoria, foram os seguintes os projetos mais detidamente examinados pela equipe:

PROJETO	TÍTULO	DESPESAS REALIZADAS ENTRE 01/01/98 E 31/03/99 (EM R\$)	UNIDADE INTERESSADA NO ÂMBITO DO MRE
BRA/92/032	Estudos de políticas econômicas internacionais	537.207,83	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração Econômica e Comércio Exterior
BRA/93/005	Formação da capacidade nacional de implementação de projetos de cooperação	3.005.334,29	ABC
BRA/93/031	Planejamento e gestão da cooperação internacional	752.568,37	ABC
BRA/94/002	Fortalecimento da capacidade do MRE na área econômica internacional (acordo MRE/BID)	4.222.835,88	Subsecretaria-Geral de Relações Exteriores